



**“Estudante com fome não aprende. E professor com fome ensina?”:
narrativas sobre a (in)segurança alimentar na escola¹**

Elci Nilma Bastos Freitas²

UNEB

enbastos23@gmail.com

Elizeu Clementino de Souza³

UNEB

esclementino@uol.com.br

Lígia Amparo Silva dos Santos⁴

UFBA

ligiaamparo@gmail.com

Financiamento: CNPq.

Resumo: A Lei nº 14.681/2023 trata da qualidade de vida dos docentes como política de valorização ao professor e a SAN precisa integrar tal medida. Do exposto, questiona-se: *Que sentidos docentes concebem à SAN no período do trabalho?* Evidencia-se o objetivo: *Compreender os sentidos concebidos por docentes sobre a SAN no trabalho.* Esta pesquisa qualitativa, através de um estudo de caso sobre a SAN de docentes de uma escola pública baiana, apoiada no método (auto)biográfico. Os resultados apontam para a necessidade da disposição e acesso aos alimentos, além do consumo entre todos da escola, em quantidade e qualidade para a manutenção da SAN no local do trabalho, por meio da ampliação do PNAE.

Palavras-chave: SAN; PNAE; Educação básica; Narrativas docentes.

Abstract: Law No. 14,681/2023 addresses the quality of life of teachers as a policy for valuing teachers, and SAN needs to integrate this measure. From the above, the question arises: What meanings do teachers attribute to SAN in the workplace? The objective is clear: to understand the meanings attributed by teachers to SAN at work. This qualitative research, through a case study on the SAN of teachers at a public school in Bahia, is based on the (auto)biographical method. The results point to the need for the availability and access to food, in addition to consumption among everyone at the school, in quantity and quality for the maintenance of SAN in the workplace, through the expansion of the PNAE.

¹ Este artigo é fruto de uma pesquisa de doutoramento em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), integrada aos projetos “Educação, narrativa e saúde: direito à vida e à educação em tempos de refigurações”, Processo nº 420371/2022-2, Edital / Chamada CNPq nº 40/2022 - Linha 3B - Projetos em Rede - Políticas públicas para o desenvolvimento humano e social; “Educação, narrativa e saúde em perspectiva internacional: aprendizagens biográficas e acervos experiências vinculados a contextos educacionais e multiprofissionais em saúde”, Chamada Pública MCTI/CNPq nº 14/2023 e Projeto Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – INCT “Políticas públicas e profissão docente”, Chamada INCT – CNPq nº 58/2022.

² Doutoranda em Educação e Contemporaneidade pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

³ Professor e Orientador junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

⁴ Coorientadora e Professora da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Keywords: Food and nutrition security; PNAE; Basic education; Teachers' narratives.

Introdução

A alimentação é um direito básico adquirido a partir de um histórico de forte luta em prol da dignidade humana em todo o mundo, principalmente depois da Declaração Universal dos Direitos Humanos, instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 1948. O objetivo central desta medida era o de garantir a todos os países-membros, as condições mínimas e elementares para a vida humana por meio de pactos internacionais.

Burity et. al. (2010) assinalaram que dentre os pactos feitos entre os países-membros da ONU está o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC⁵(1966) que inaugurou a expressão “Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA” e esta continha dois ângulos. O primeiro é o direito de estar livre da fome e da escassez nutricional e o segundo, o direito a uma alimentação nutritiva e adequada. Nessa acepção, o DHAA traz uma abrangência maior que a concepção de sobrevivência e, sim, de promoção do bem-estar e da saúde das pessoas.

Após a conferência da Cúpula Mundial da Alimentação realizada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em 1966, a Declaração de Roma abordava a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como uma forma de eliminar a fome.

Para melhor compreensão deste estudo, a SAN é um:

[...] direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006, Art. 3º).

Nesse sentido, a SAN não evoca apenas a disponibilização de alimentos, mas também o acesso desses produtos, quer seja por meio de uma terra produtiva, quer seja pelos sistemas de distribuição, processamento e compra-venda desses alimentos.

No Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) constitui-se como uma política essencial para a promoção da SAN e, de acordo com Peixinho (2013), o programa passou por várias fases até chegar ao momento atual, com a Lei nº 11.947/2009 (Brasil, 2009), representando um grande avanço ao universalizar a alimentação escolar para

⁵ O PIDESC foi um compromisso incorporado no Brasil por meio do Decreto nº 591, em 06 de julho de 1992 (Brasil, 1992).

todos os estudantes da educação básica e, ainda, instituir a obrigatoriedade de aquisição de 30% dos alimentos da agricultura familiar, fomentando a SAN nas escolas públicas.

Apesar desta grande medida, o PNAE destina-se exclusivamente aos estudantes. Então, ao refletir sobre o trabalho da maioria dos docentes da educação básica brasileira, percebe-se que a carga horária excessiva, a sobrecarga de trabalho e o acúmulo de funções deste profissional alinhadas as quatro dimensões da SAN (1. disponibilidade dos alimentos; 2. acesso aos alimentos, 3. consumo dos alimentos e 4. assimilação de nutrientes pelo organismo humano), tem fomentado a seguinte questão: *Que sentidos docentes concebem à SAN no período do trabalho?* Nessa perspectiva, emerge o objetivo: *Compreender os sentidos concebidos por docentes sobre a SAN no trabalho.*

Este texto está estruturado da seguinte maneira: Introdução; 1 Entrelaçamentos entre DHAA, SAN e PNAE na educação básica; 2 O que a SAN tem a ver com as condições de trabalho docente?; 3 Aspectos teórico-metodológicos e a pesquisa (auto)biográfica; 4 Narrativas docentes e a SAN no exercício da profissão; Considerações finais e Referências.

1 Entrelaçamentos entre DHAA, SAN e PNAE na educação básica

No Brasil, uma forma de garantir o DHAA, foi quando o governo federal passou a fornecer alimentação para estudantes matriculados nas escolas públicas. Com o tempo, essa ação converteu-se em uma importante política pública (o PNAE) que visa assegurar a SAN a esse público, através da acessibilidade e disponibilidade de uma alimentação saudável e adequada. Apesar deste prestigioso avanço, cabe a discussão de maior atenção e aprofundamento do entrecruzamento entre o DHAA e a SAN na instituição escolar, especialmente a partir da Emenda Constitucional (EC) nº 64 de 2010 (Brasil, 2010) que tornou o DHAA como um direito constitucional.

Desde 2019, o Projeto de Lei (PL) nº 6.268 tramita na Câmara dos Deputados em Brasília e tem por objetivo ampliar a destinação do PNAE para todos os atores escolares, ressaltadas a priorização da alimentação aos estudantes, tendo como principais razões, maior integração entre os atores sociais e a potência da prática educativa do comer na escola. O PL já teve a aprovação na Comissão de Educação e na Comissão de Finanças e Tributação, faltando passar pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania desta Câmara para, finalmente, entrar em votação no plenário e, posteriormente, ainda seguir para apreciação do Senado Federal.

Na educação básica, o profissional docente do século XXI enfrenta diversos desafios e, dentre eles, encontram-se a desvalorização da carreira, os baixos salários e a precarização

das condições de trabalho em várias escolas (Marin, 2010; Oliveira, 2010a; Barbosa, 2011). Na ótica de Sousa et. al. (2020), uma das categorias que têm sido mais assediada frente às crises econômicas com congelamento salarial, retiradas de gratificações ou bônus e mudanças de planos de carreiras é o profissional da educação. Nessa perspectiva, as perseguições a esta categoria, como elucidam Barbosa (2011) e Lourencetti (2014), podem representar riscos à SAN e ao DHAA a esses profissionais durante a sua atividade laboral na escola.

Nesse cenário, urge a promoção de medidas como a ampliação das diretrizes do PNAE, ao incorporar docentes e outros profissionais da educação, em decorrência de um debate antigo, porém que foi visualizado por meio deste PL, conforme mencionado anteriormente.

Para se ter uma compreensão acerca da relevância da ampliação do PNAE e, consequentemente, de assegurar o DHAA e a SAN aos profissionais da educação, torna-se indispensável articular a SAN e as condições de trabalho docente, conforme os argumentos apresentados na próxima seção.

2 O que a SAN tem a ver com as condições de trabalho docente?

Antes de avançar na discussão sobre a SAN e as condições de trabalho docente, merece destaque entender qual a concepção de trabalho docente tratada neste artigo e, nesse horizonte, Oliveira (2010b, n.p.) assinala que o trabalho docente é:

[...] uma categoria que abarca tanto os sujeitos que atuam no processo educativo nas escolas e em outras instituições de educação, nas suas diversas caracterizações de cargos, funções, tarefas, especialidades e responsabilidades, determinando suas experiências e identidades, quanto as atividades laborais realizadas. Compreende, portanto, as atividades e relações presentes nas instituições educativas, extrapolando a regência de classe. Pode-se, assim, considerar sujeitos docentes os professores, educadores, monitores, estagiários, diretores, coordenadores, supervisores, orientadores, atendentes, auxiliares, dentre outros. [...] Assim, o que define o trabalho docente não são a formação específica e o estatuto profissional ou certificado que foi conferido ao sujeito, mas seu labor, sua experiência no processo educativo no lugar de quem educa ou contribui para.

Na visão de Oliveira (2010b), o trabalho docente não corresponde exclusivamente à figura do professor e, sim, a todos os profissionais que atuam na instituição escolar que, por sua experiência laboral, propicia conhecimentos e aprendizados. Ou seja, a atividade laboral dos profissionais da educação converte-se em uma vigorosa ação pedagógica. Isto posto, a

coordenação, a gestão, a merendeira e outros funcionários da instituição escolar integra o trabalho docente.

No que diz respeito às condições de trabalho docente, Oliveira e Assunção (2010, s. p.) ressaltam como:

[...] o conjunto de recursos que possibilitam a realização do trabalho, envolvendo as instalações físicas, os materiais e insumos disponíveis, os equipamentos e meios de realização das atividades e outros tipos de apoio necessários, dependendo da natureza da produção. Contudo, as condições de trabalho não se restringem ao plano do posto ou local de trabalho ou à realização em si do processo de trabalho, ou seja, o processo que transforma insumos e matérias-primas em produtos, mas diz respeito também às relações de emprego. [...] Sendo assim, as condições de trabalho não se restringem ao conjunto de meios necessários à realização de uma atividade, mas contemplam relações específicas de exploração, já que o processo de trabalho no capitalismo é o meio pelo qual matérias-primas e insumos são transformados em produtos, constituindo-se, ao mesmo tempo, em processo de produção de valor. [...] As circunstâncias em que os processos de trabalho são desenvolvidos não se constituem, na maioria das vezes, em objeto de debate e permanecem invisíveis para a gestão dos sistemas. O reconhecimento de determinadas circunstâncias como sendo condições de trabalho tem relação direta com o enfrentamento das forças sociais contraditórias que norteiam os processos produtivos, incluída a produção de serviços nas escolas.

Tendo em vista as considerações tecidas por Oliveira e Assunção (2010), as condições de trabalho, de um modo geral, englobam: i. os aspectos físicos, a oferta e disponibilidade de materiais, insumos, ferramentas e recursos para o cumprimento das tarefas e ii. Instrumentos de apoio específicos para o tipo de trabalho a ser feito. As referidas autoras ainda advogam que essas condições não se restringem às funções, ao local e às atividades que os profissionais exercem no ambiente laboral e que tais condições possuem elementos subjetivos, tais como: as relações que são estabelecidas no trabalho, com destaque para a questão salarial. Por essas razões, a imprescindibilidade do bem-estar, da saúde e da qualidade de vida no trabalho docente, como prerrogativa da Lei nº 14.681/2023, precisa atender a todos os requisitos básicos. Nesse sentido, entende-se que a alimentação saudável e adequada no ambiente do trabalho docente seja um desses elementos a serem contemplados no ambiente laboral, a instituição escolar.

Tendo em vista à falta de aumentos salariais e baixas remunerações de docentes e outros profissionais da educação e, ainda, as limitadas condições de trabalho em grande parte das escolas públicas no Brasil, possivelmente, a defesa pela ampliação do PNAE, ao

assegurar que a alimentação escolar contemple a todos os atores escolares, seja uma medida urgente e necessária na contemporaneidade.

Nesse horizonte, a integração de docentes e demais profissionais da educação no PNAE não se reduz aos aspectos de socialização e práticas educativas do comer na escola, mas, sobretudo, corresponde também aos possíveis indícios de que esses profissionais possam estar passando por situações de insegurança alimentar (IA) durante o período que exercem seus trabalhos nessas instituições, como assinalaram Santos et. al (2024), através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), que pais e estudantes de uma escola privada da cidade de Tucumã, no Pará, vivenciam a IA, sendo alguns em maior grau que outros.

Tem-se em mente que todos os profissionais atuantes na escola possuem o direito a ter boas e satisfatórias condições de trabalho (bem-estar, saúde e qualidade de vida) e, desse modo, possam cumprir bem as suas atividades laborais. Contudo, neste estudo, devido a limitação de caracteres para a escrita, privilegia-se o profissional professor de uma escola pública da rede do estado da Bahia, no Brasil.

Embora a centralidade da pesquisa não tenha sido a fome, temática relevante e bem desenvolvida por Castro (1984), acredita-se que o DHAA e a SAN precisam ser direitos assegurados ao professor, no período que trabalha na escola. Tendo em vista esta reflexão, emergiu o jargão que integra o título deste artigo “Estudante com fome, não aprende. E professor com fome, ensina?”.

Nessa acepção, a exemplo da fome, o comer em demasia, a ingestão de alimentos não saudáveis ou o consumo de maneira apressada ou inadequada para uma boa ingestão escolar fazem parte de alguns debates neste estudo.

Para entender como esta pesquisa foi desenvolvida, faz-se necessário conhecer como ocorreu todo o percurso investigativo, de acordo com a seção a seguir:

3 Aspectos teórico-metodológicos e a pesquisa (auto)biográfica

Este trabalho comporta uma pesquisa qualitativa na ótica de Bogdan e Biklen (1994), com base em um estudo de caso (Peres; Santos, 2005) acerca da alimentação escolar, a partir dos sentidos evocados por seis docentes de uma instituição escolar da rede do estado da Bahia em relação à SAN no decurso de seu trabalho.

Para fundamentar, esta investigação baseou-se em alguns elementos do método (auto)biográfico por acreditar na horizontalidade entre investigadores e participantes da

pesquisa, vislumbrando as experiências e os sentidos narrados por seis docentes sobre a SAN na interlocução com o PNAE desenvolvido na instituição integrante deste estudo.

Ao narrarem suas experiências e os sentidos atribuídos em relação à alimentação escolar, o PNAE, a SAN e o comer no ambiente escolar, fica evidenciada a troca de saberes, constituindo-se em um momento formativo para todos envolvidos (pesquisadores e colaboradores), visto que as narrativas trazem potentes reflexões, como assinala Pineau (1988) que o ato de pesquisar possibilita a auto, eco e heteroformação.

Souza (2014), ao pontuar que a pesquisa (auto)biográfica, já consolidada nas ciências humanas e sociais, desvela sua relevância por refletir a vida, o próprio percurso da formação e ainda aspectos da pesquisa, de maneira singular-plural. Para Delory-Momberger (2014, p. 61), “[...] a narrativa do outro é assim um dos lugares onde experimentamos nossa própria construção biográfica; onde ela pode deslocar-se, reconfigurar-se, alargar seu horizonte [...]”.

A elaboração desta pesquisa começou com estudos em materiais como legislações, artigos, dissertações, teses, livros e capítulos de livros sobre a alimentação escolar. Após a aprovação da investigação pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), os pesquisadores agendaram um encontro com a equipe gestora para apresentar o estudo e viabilizar o Termo de Anuência. Neste encontro, depois de sanar todas as dúvidas dos gestores da escola campo, foi assinado o termo.

O processo de captação de dados foi desenvolvido através de dois dispositivos, o primeiro foi a observação participante (Lüdke; André, 2018) no horário destinado à merenda, na sala dos professores, nos três turnos de funcionamento da unidade escolar, durante uma semana (segunda a sexta). Tal processo, contou com um diário de observação e as anotações mais relevantes eram feitas *in loco*, para que nada pudesse escapar. Entretanto, para esta escrita, priorizou-se as entrevistas narrativas (Jovchelovitch; Bauer, 2002) com seis docentes.

Os professores-colaboradores foram selecionados aleatoriamente, seguindo os seguintes critérios: i. desejo dos/as docentes em participar da pesquisa e ii. disponibilidade de tempo para participar da entrevista. Assim, os seis primeiros professores, que assinalaram o desejo e a disponibilidade de tempo para participar da pesquisa, após emissão dos convites, integraram o estudo.

As entrevistas foram previamente agendadas, em lugar e horário confortável para entrevistador e entrevistados, dentro da própria instituição, em uma sala específica e desocupada, com plena condição para o desenvolvimento da empiria. As entrevistas foram individuais por colaborador e, primeiramente, após a apresentação da pesquisa, foi entregue o

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que cada um lesse e, após concordar, assinasse em duas cópias, sendo uma cópia para os investigadores e, outra, para cada o entrevistado.

Cabe salientar que as entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2025, com duração entre 20 a 50 minutos, apoiadas com dois recursos, a saber: 1. Um roteiro com tópicos para disparar as narrativas (i. lembranças da infância, o comer e a cozinha; ii. aspectos do período escolar e a relação com a merenda; iii. opinião sobre a merenda na escola que trabalha; iv. relações entre a merenda e a ação pedagógica; v. sentimentos e pensamentos que surgem durante o intervalo da merenda na escola que atua; vi. dois exercícios sobre a SAN e termina com as sugestões) e 2. um gravador para melhor recolha das narrativas dos docentes.

Após a realização das entrevistas com os seis docentes, os pesquisadores fizeram suas transcrições que passaram pela revisão e validação de cada professor-colaborador, integrando o *corpus* empírico da pesquisa. Neste artigo, optou-se por analisar apenas as narrativas captadas nas entrevistas e, objetivando não quebrar o anonimato, os próprios docentes-colaboradores escolheram seus nomes fictícios.

Para análise das narrativas, utilizou-se a abordagem da análise interpretativa-compreensiva de Souza (2014), em três tempos: a. pré-análise/leitura cruzada; b. leitura temática; e c. leitura interpretativa-compreensiva do *corpus*. Nessa dinâmica, buscou-se compreender os sentidos assinalados nas narrativas dos docentes-colaboradores sobre a SAN e o seu trabalho na unidade escolar.

Com base nesse procedimento, identificou-se a necessidade de analisar as quatro dimensões da SAN e, de acordo com as narrativas dos docentes, observou-se que as duas primeiras dimensões estavam muito conectadas, resultando, portanto, em três categorias de análise, como demonstra a seguir: i. SAN: disponibilidade e acesso aos alimentos no trabalho; ii. SAN: o consumo de alimentos no trabalho e iii. SAN: comida nutritiva e saudável ao organismo humano no trabalho, desenvolvidas na próxima seção.

4 Narrativas docentes e a SAN no exercício da profissão

As narrativas dos docentes-colaboradores apontaram que as possíveis fragilidades da SAN em suas vidas, no ambiente profissional, relacionam-se a falta de tempo para preparar suas refeições; a falta de restaurantes seguros ao redor da instituição escolar e, por fim, acesso e disponibilidade de alimentos ultraprocessados em estabelecimentos comerciais

circunvizinhos ao trabalho. Embora não tenham abordado nas entrevistas, pode-se acrescentar ainda o fato de não disporem de um tempo adequado para o consumo de alimentos, concorrendo para uma digestão inadequada, o que pode acarretar em problemas na saúde desses profissionais.

Barrozo, Barros e Tanaka Filho (2025) afirmam que a insegurança alimentar é um problema de ordem social que atinge a milhares de pessoas no mundo. No Brasil, o PNAE busca garantir a SAN dos estudantes na escola. Como tal política não assiste aos docentes e outros profissionais da educação, os vínculos entre todos os sujeitos sociais durante o comer na escola acabam fragmentados e, de alguma forma, o programa não tem colaborado para a dimensão educativa que este momento coletivo possui (Santos; Soares; Silva, 2024).

Sobre a primeira categoria *SAN: disponibilidade e acesso aos alimentos no trabalho*, os docentes-colaboradores narraram que apesar do PNAE não incluir os docentes e demais trabalhadores da educação, a instituição, lócus da pesquisa, oferecia a alimentação para todos os atores escolares, como se pode perceber nos seguintes relatos:

Hoje, você tem um cardápio variado desde feijoada e também tem outras comidas como por exemplo, o frango com aipim. [...] Que graças a Deus, agora, já tem também para o professor e você percebe que essa alimentação é muito mais saudável, mais completa e variada (Arnaldo, 2025).

[...] A gente sabe que por Lei a gente não tem acesso a merenda, a escola oferece se quiser. [...] Então, geralmente eu não bebo suco por causa do açúcar e também porque eu prefiro a fruta. Se tiver fruta, eu vou comer a fruta (Dandara, 2025).

Os relatos de Arnaldo (2025) e Dandara demonstram a satisfação em estar em uma escola que, apesar de saber que a destinação do PNAE seja para os estudantes, consegue ofertar a alimentação para todos, tendo em vista a ausência de acesso e disponibilidade de alimentos saudáveis ao redor do ambiente de trabalho.

Ao usar a memória daquilo que experienciou no passado e as implicações que os fatos exercem na vida na dimensão singular-plural (Jovchelovitch; Bauer, 2002), o docente-colaborador João (2025), ao recordar o início de sua carreira na rede do estado da Bahia⁶, enfoca, de certa maneira, a sua indignação com a não extensão do PNAE aos docentes ao afirmar: “[...] é uma coisa irracional, já que ele faz parte da comunidade escolar” (João, 2025). Nesse horizonte, Eduardo ao narrar acerca da relevância de o professor ter a sua SAN

⁶ Nas décadas de 1990 e 2000, o salário do professor iniciante na rede de ensino do estado da Bahia só era pago, após inclusão do nome do servidor na folha de pagamento e, como os dados da Secretaria da Educação não eram 100% informatizados, a inclusão na folha de pagamento levava-se entre dois a três meses até o professor receber o seu salário.

garantida no trabalho, relata “[...] que a alimentação escolar fosse abrangida aos professores também” (Eduardo, 2025).

Na segunda categoria intitulada *SAN: o consumo de alimentos no trabalho*, os docentes-colaboradores mencionam sobre a importância de assegurar o consumo de alimentos saudáveis em quantidade suficiente e de qualidade e ainda reforçam que o comer não se restringe ao ato de consumir um alimento nutritivo e saudável, mas também de cuidado com o próximo e da relevância que a socialização entre todos os atores escolares possui para transformar a alimentação escolar em um momento de bem-estar, conforme assinaram Eduardo (2025) e Pragmática (2025), respectivamente:

[...] é importante a escola oferecer uma merenda de qualidade. [...] as últimas ações que a gente vem percebendo na educação, em relação à merenda escolar, melhorou muito. [...] A alimentação, ainda mais num espaço coletivo, é uma confraternização! É o momento do bate-papo, da descontração, do comer junto. Eu acho que quando você come junto com alguém, você está dividindo um momento, um momento prazeroso. [...] O ato de comer pra mim é um ato, quando você está em grupo, é um ato da gente compartilhar a experiência, dividir um momento bom (Eduardo, 2025).

*[...] eu sinto assim um toque de amor na alimentação daqui. Eu acho que as tias têm cuidado com a alimentação daqui. (Pragmática, 2025).
Ao olhar para o pátio durante o horário da merenda, eu vejo de uma forma muito positiva a merenda. Primeiro porque as tias da merenda dessa escola são muito comprometidas (Ana, 2025).*

A terceira e, última categoria, trata da *SAN: comida nutritiva e saudável ao organismo humano no trabalho* e os docentes-colaboradores narraram que houve uma melhoria na oferta da alimentação escolar, fruto dos movimentos populares nas políticas e, a esse respeito, o PNAE, principalmente após a Lei nº 11.947/2009 (Brasil, 2009), tem trazido o quão é importante o fornecimento de alimentos *in natura*, sem uso de agrotóxicos e com o auxílio de profissionais específicos na elaboração dos cardápios, como se percebe a seguir:

De mais ou menos uns dois anos para cá, temos uma alimentação bem mais nutritiva, bem mais saudável e em quantidades que atendem todos os alunos, inclusive, os professores (Arnaldo, 2025).

É um cardápio elaborado por uma nutricionista, que cuida da nossa alimentação. [...] É uma alimentação balanceada e que nutra a todos, principalmente os estudantes (Pragmática, 2025)

Eu acredito nessa questão da alimentação saudável e que a gente deve incentivar como mãe e também como professora. Da importância de se ter esse acesso a essa alimentação saudável (Dandara, 2025).

É que o alimento seja saudável, que chegue nas metas de calorias diárias, para que uma pessoa se mantenha em bom funcionamento de suas atividades físicas (Eduardo, 2025)

Para tais docentes, a SAN tem sido assegurada na escolar porque há profissionais da nutrição envolvidos na construção dos cardápios (Pragmática, 2025). Com essa ação, as refeições na escola possuem um número de calorias diárias para o consumo dos estudantes e, conseqüentemente, de outros atores escolares, como abordou Eduardo (2025). Por fim, Dandara (2025) evoca a importância de um trabalho pedagógico articulado com uma das diretrizes da política que é a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), transversalizando a SAN com o PNAE.

Durante as entrevistas, constatou-se que o trabalho docente compromete com a garantia da SAN de boa parte dos professores porque tais profissionais, pelo excesso e tipo de atividade que executam, não têm condições de organizar suas refeições para consumir na escola devido aos motivos reportados a seguir: i. ritmo de vida frenético; ii. diversas preocupações com a atividade docente (planejamento e ministração de aulas, construção de atividades e avaliações das atividades executadas em sala de aula) e iii. engajamento, compromisso para não se ausentar das aulas e pontualidade. Tais situações podem estar desregulando as dietas e o comer desses professores no ambiente de trabalho e, possivelmente, tendem a evidenciar a insegurança alimentar no decurso do exercício profissional desses colaboradores.

Embora os docentes-colaboradores apresentem alguns aspectos relacionados a SAN, Sipioni et. al. (2021) afirmam que a temática SAN, de maneira sistemática, ainda não faz parte do cotidiano escolar e para que haja maior participação da sociedade, como referendam Esposte; Sousa e Barbosa (2023), faz-se necessário incorporar no currículo este conteúdo referendadas nas diretrizes do PNAE. A respeito deste programa, a partir das narrativas dos docentes-colaboradores, a ampliação do PNAE é incontestável por: i. propiciar que os docentes e demais profissionais da educação interajam com os estudantes durante o intervalo para a merenda, trazendo mais sentidos sobre o comer; ii. pode suscitar experiências pedagógicas potentes e iii. colaborar para a manutenção da SAN de docentes no exercício da sua profissão, na escola.

Considerações finais

Do exposto, os sentidos concebidos pelos docentes-colaboradores desta pesquisa sobre a SAN no trabalho foram:

- i. ampliar o estudo e debate sobre a SAN na escola;

- ii. inclusão de todos os atores escolares no PNAE para manutenção da SAN, visto que grande parte dos docentes possui sobrecarga de trabalho, ritmo frenético de vida e trabalham em escolas em zonas consideradas como desertos alimentares;
- iii. ofertar formação que transversalize a EAN, SAN, PNAE e DHAA, pois que a alimentação escolar não pode ser considerada uma ação simplista na instituição escolar, mas um ato político, social e pedagógico.

Ademais, a partir do estudo realizado e a atividade empírica com os docentes, percebeu-se que o trabalho docente não proporciona as condições como referencia a Lei nº 14.681/2023. Esta constatação refere-se ao fato da saúde alimentar, possivelmente integrada aos aspectos físicos reportadas nesta Lei, ainda não ser oficialmente contemplada devido a limitação da destinação do PNAE aos estudantes.

Isto posto, acredita-se que este artigo traga reflexões relevantes sobre a SAN de docentes no exercício de sua profissão e, talvez, possa fortalecer e transformar o PL nº 6.268/2019 em Lei, agigantando ainda mais a política do PNAE. Como limites, as discussões que versem sobre tal temática ainda são reduzidas, por isso, este estudo pode representar o quadro inicial de um importante e necessário debate.

Referências

ANA. **Relato**. Feira de Santana (Bahia). 21 agosto. 2025.

ARNALDO. **Relato**. Feira de Santana (Bahia). 21 de agosto. 2025.

BARBOSA, Andreza. **Os salários dos professores brasileiros**: implicações para o trabalho docente. Brasília: Liber Livro, 2011.

BARROZO, Vanessa Pinto; BARROS, Márcio Júnior Benassuly; TANAKA FILHO, Mario. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua contribuição na promoção do DHAA e para o desenvolvimento da agricultura familiar no Baixo Amazonas paraense. **Revista Caribeña de Ciências Sociales**, Miami, v.14, n.5, p. 01-19. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.681**, de 19 de setembro de 2023. Lei sobre a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 set. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 6.268**, de 2019. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019.



BRASIL. **Emenda Constitucional nº 64**, de 04 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Brasília, DF: Câmara de Deputados e Senado Federal, 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.947** de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União: 2009: seção 1, Brasília, DF, nº 113, p. 02, 17 jun. 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Sistema Nacional de Segurança Alimentar – SISAN, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, nº 178, p. 01, 18 set. 2006.

BRASIL. **Decreto nº 591**, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, v. 07, s./n., p. 8713, 07 jul. 1992.

BURITY, Valéria *et al.* **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome** (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10. ed. revista. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

DANDARA. **Relato**. Feira de Santana (Bahia). 21 de agosto de 2025.

EDUARDO. **Relato**. Feira de Santana (Bahia). 22 de agosto. 2025.

ESPOSTE, Joice de Paula Del; SOUSA, Luísa Pedrada de; BARBOSA, Roberta Ribeiro Batista. A Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil entre 2015 e 2019: uma revisão integrativa. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 146, n. 2, e-6628322, 2023.

JOÃO. **Relato**. Feira de Santana (Bahia). 21 de agosto. 2025.

JOVCHELOVITCH, Sandra.; BAUER Martin W. Entrevista Narrativa. In: Bauer MW, Gaskell G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes; 2002, p. 90-113.

LOURENCETTI, Gisela do Carmo. A baixa remuneração dos professores: algumas repercussões no cotidiano da sala de aula. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá, v. 23, n. 52, p. 13-32, 2014.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas** - [2. ed]. - [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Livia Fraga. **Dicionário de verbetes: trabalho, profissão e condições docentes**. Belo Horizonte: GESTRADO/UFGM, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/331-1.pdf>. Acesso em 02 out. 2025.



OLIVEIRA, Dalila Andrade. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 26, n. especial 1, p. 17-35, 2010a.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Livia Fraga. **Dicionário de verbetes**: trabalho, profissão e condições docentes. Belo Horizonte: GESTRADO/UFMG, 2010b. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/trabalho-docente/>. Acesso em 02 out. 2025.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Condições de trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Livia Fraga. **Dicionário de verbetes**: trabalho, profissão e condições docentes. Belo Horizonte: GESTRADO/UFMG, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/trabalho-docente/>. Acesso em 02 out. 2025.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n.4, p. 909-916, 2013.

PERES, Rodrigo Sanches; SANTOS, Manoel Antônio. dos. Considerações gerais e orientações práticas acerca do emprego de estudos de caso na pesquisa científica em psicologia. **Interações**. São Paulo, vol. X, n. 20, p. 109-126, Jul-Dez. 2005.

PINEAU, G. A formação no decurso de vida: entre a hétero e a ecoformação. In: NÓVOA, A; FINGER, M. (Org.). **O método (auto) biográfico e a formação**. Lisboa: Ministério da Saúde, 1988. p. 64-77.

PRAGMÁTICA. **Relato**. Feira de Santana (Bahia). 22 de agosto. 2025.

SANTOS, Lígia Amparo da Silva; SOARES, Micheli Dantas; SILVA, Edleuza Oliveira. A potência educativa do saber e do comer na escola: interfaces entre os direitos à educação e à alimentação. **Educação Revista**, Santa Maria, v. 49, n. 1, p. 1-29, jan./dez. 2024.

SANTOS, Ellen Cristina Borges dos *et al.* Segurança alimentar e nutricional de professores e pais de alunos de uma escola em Tucumã-PA. **Novos Cadernos NAEA**. Belém, v. 27, n. 1, p. 125-138, jan-abr. 2024.

SIPIONI, Marcelo Eliseu *et al.* Percepções de professores da educação básica sobre alimentação saudável e educação alimentar e nutricional na escola. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição - RASBRAN**, São Paulo, v.12, n. 2, p. 21-41, 2021.

SOUSA, Erivan *et al.* A precarização do trabalho docente no contexto neoliberal. In: NUNES, Claudio Pinto; CARDOSO, Berta Leni Costa; SOUSA, Erivan Coqueiro (org.). **Condições de trabalho e saúde do professor**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2020.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Diálogos Cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido **Educação**. Santa Maria, v. 39, n. 1, p. 39-